

«NÃO PODEMOS COMBATER A RELIGIÃO, PORQUE, DE CADA VEZ QUE A COMBATEMOS, ELA RENASCERÁ MAIS FORTE. TEMOS, SIM, DE DESTRUÍ-LA COMPLETAMENTE».

LENINE

A Voz de

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA



PORTE
PAGO

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 692

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

ANO XXVI

14/9/78

INDEPENDENTES

— ÚLTIMO MAS NÃO MENOS IMPORTANTE VECTOR PLURALISTA

A democracia autêntica, expurgada de unilaterais conotações ideológicas, como instituição vigente sazonal e catalizada através da experiência histórica, é caracterizada pelas liberdades concedidas aos diversos campos do comportamento humano, designadamente, no profissional, no religioso, no político e no social. Só no campo ético (determinante da solidariedade e da sobrevivência democráticas), com implicações tangíveis e óbvias no âmbito dos consequentes procedimentos individuais e colectivos, as regras que o explicitam, obrigam e orientam rumos e confinamentos, ajustados a um pacto mútuo de respeito pelos direitos próprios e alheios.

No leque das opções que a democracia oferece e permite, também há lugar à posição dos chamados independentes, grupo este cada vez mais alargado, constituído por largo sector de cidadãos, que embora professando ideias políticas heterogêneas e

simpatias próprias, não se vincularam pela filiação e militância a qualquer expressão partidária reconhecida.

Este grupo tende mesmo a engrossar as suas fileiras, à medida que as dissidências lavradas no seio dos partidos cavam rupturas e divórcios irreversíveis.

Tal fenómeno não é novo. Noutros países com tradições e convenções democráticas mais profundas já se tornara usual, em especial no meio intelectual, que devido à originalidade e autonomia do seu pensamento entrou a miúdo em colisão com o hermetismo ou ortodoxia sectária.

Poderíamos enumerar uma série

(continua na pág. 2)

INVESTIGAÇÃO OCEANOLÓGICA

da zona económica portuguesa

No «Diário da República» saiu um despacho do secretário de Estado da Investigação Científica nomeando o vice-almirante engenheiro hidrográfico José Augusto Barahona Fernandes para estudar as estruturas de investigação oceanológica e «examinar as possibilidades de as completar e incrementar e de estabelecer um plano coerente de desenvolvimento» a médio prazo.

No preâmbulo do despacho destaca-se que o País «não dispõe de estruturas de investigação oceanológica que permitam estudar, com a necessária rapidez, os recursos disponíveis da zona económica exclusiva sob a sua jurisdição».

CONDENADO

O MIRADOURO DOS «AMUADOS»

O «Jardim dos Amuados», que se situa fronteiro à Igreja Matriz de Loulé, disfruta, dada a sua posição proeminente acantonada nas antigas muralhas do castelo da

Vila, uma larga panorâmica em derredor, sendo um dos pontos aprazíveis e amenos desta vetusta localidade.

Dali se avista rasgado horizon-



UM
ASPECTO
DO
CONHECIDO
E
APRECIADO
«JARDIM
DOS
AMUADOS»

Passada a enchente do Verão, urge fazer

O planeamento do turismo (I)

Um artigo de
JOSÉ MANUEL MENDES

vel especulação. Até a psicose das faltas de gasolina e das consequentes bichas ocasionadas em

plena fervura de Agosto, soa já como tempestade passada, de triste e má memória.

Tudo isto, afinal, para, ano após ano, se chegar sempre a esta única e mesma conclusão: a de que o Algarve rebenta pelas costuras (continua na pág. 5)

II FESTIVAL NACIONAL DE FOLCLORE ALGARVE-78

culminou em apoteose inesquecível

Pode-se afirmar que o II FESTIVAL NACIONAL DE FOLCLORE — ALGARVE/78, veio culminar, em apoteose, a época alta do turismo e inscrever-se nos termos da animação, como o cartaz máximo algarvio.

O surto de acontecimentos de variado quilate que esmaltaram a sua programação, desde as interpretações de cunho cultural ao desfile do rico mosaico das danças e cantares folclóricos portugueses, disso deram pujante testemunho.

Campate-nos pois dar relato das profusas manifestações que o rodearam e se alongaram desde o dia 2 a 10 do corrente mês, envolvendo 15 concelhos do Algarve, 33 ranchos folclóricos, além de agrupamentos e artistas de diversa índole, perfazendo um total de 1 316 participantes.

Todos estes acontecimentos, coroados pela actuação global dos ranchos folclóricos convidados, na Marina de Vilamoura, foram entusiasticamente premiados pelas estrondosas ovações da

enorme assistência que ali se concentrou, vinda de todas as partes do Algarve.

Dada a hora em que fechamos esta edição não nos é possível, para já, referirmo-nos mais circunstanciadamente (como seria nosso desejo) a este portentoso Festival.

Sairá, portanto no próximo jornal a retrospectiva do acontecimento que empolgou o Algarve e se afirma como legenda tradicional a prevalecer.

(continua na pág. 5)

QUE SE PASSA com a carne de porco?

É notória no mercado das carnes verdes a carência da carne de porco. Constata-se que não é a falta de suínos que dita esta circunstância lesiva ao público consumidor, que sente o seu poder de compra cada vez mais reduzido, mas uma «estratégia» de contenção comercial, que visa provocar a rarefacção do produto no talho, compelindo por este processo o aumento do respectivo preço.

Este «boicote», assim se refere certo sector da imprensa, parece destinado a criar um clima propício à exigência, ao novo governo, de renovadas tabelas em que o quilograma viria a atingir os 250\$00.

É de notar o contraste oferecido pelo açambarcamento comprovado, detectado há meses

(continua na pág. 5)

ASPECTOS DA NOSSA TERRA



O alto do Castelo
São crimas de cavalo velho
Preso nas arreatas da urbanização,
Recreado na relva mínima,
Onde os namorados se sentavam às vezes
E mantinham o olhar sereno, e morno.

JOSÉ MANUEL MENDES

Dez toneladas
de peixe

atiradas pela borda fora

PÁGINA 3

INDEPENDENTES

— ÚLTIMO MAS NÃO MENOS IMPORTANTE VECTOR PLURALISTA

(continuação da pág. 1)
rie extensa de personalidades de projecção literária e filosófica de nomeada internacional, que neste aspecto, forçada ou voluntariamente, se desligaram de filiações políticas. Citaremos apenas o nome de Edgar Morin, sociólogo francês de grande reputação, cuja obra literária por ele elaborada muito beneficiou com o seu desproselitismo e «heterodoxia».

O caso português não foge à regra, porquanto se inscreve na ubiquidade das atitudes sociais.

Para cá ou para lá, portanto, aquém e além dos partidos políticos, absolutamente necessários à orgânica de um país de predisposição e índole democráticas (pois serão eles essencialmente os defensores da sua causa e aqueles que em função de um estado de direito serão chamados pelo eleitorado a liderar o poder executivo), situa-se na sua franja um manancial a ter em consideração: o dos independentes, que podem formar (e formaram já), esporadicamente (como solução medianeira), em momento de imobilismo e de crise, um governo de gestão dinâmica.

Para nós, que não minimizamos os exemplos históricos do recuo e retorno ditatoriais (o tempo não volta para trás mas as analogias históricas repetem-se por vezes), merece-nos ponderação uma plataforma susceptível de desanuviar um presente saturado de antagonismos anquilosantes, com sensíveis inflexões na vida sócio-económica da nação.

Melhor, admitimos, teria sido que face à agudização em perspectiva e em antecipação, os partidos se comprometessem, num tácito e recíproco acordo de renúncias, e a levar por diante uma política de salvação nacional, de superação dos problemas graves e protelados «sine die» de governo para governo.

Fez-se notada e sentida a falta de uma fórmula expedita e prática de ladear a comprometedora imobilização legislativa e o seu cortejo de irresoluções, ditado no mais alto órgão de soberania, a Assembleia da República.

De salientar que, enquanto os problemas de fundo (a inflação, o ensino, o desemprego, a habitação, e a saúde, entre outros), aguardam aflitivamente medidas correctoras e impulsadoras, pelas quais todo o cidadão comum aspira, as direcções dos partidos comprazem-se em desenvolver sofisticadas estratégias de hegemonia e polarização, redundando estas, afinal, numa disper-

são de préstimos e engenhos prejudicial aos interesses superiores do país, exangue e depauperado.

Do mesmo modo, e ao passo que as radicalizações se acentuam a tónica dialéctica, entre os mentores ideológicos, vai ganhando ênfase e subtilidades não apreendidas pelo povo.

Vagamente, julgam-se perceber motivações e argumentações «palucianas», só descortináveis e decifráveis pelos «iluminados», que nos bastidores travam (ao que transparece) diálogos e circunlóquios de duvidosa objectividade, mas de farta e sapiente retórica.

Eis que no «podium» do poder, e naturalmente como réplica à impaciência de se pretenderem ver encaminhados os «negócios» do País, está instalado um governo de independentes, e apartidários.

Entretanto, a sua fragilidade é notória, como é evidente o carácter transitório.

O seu plano de acção, como mandam os preceitos constitucionais, terá de se submeter ao veredicto do hemicycle nacional, estando na dependência da respectiva aprovação a sua continuidade executiva até 1980, ano em que terminará a presente legislatura (se não antecipado o pleito eleitoral).

O momento é de expectativa e de interrogações, para não dizer de apreensões.

Corresponderá o plano do III Governo às exigências imperiosas da ocasião?

Qual será a reacção dos grupos parlamentares e como se exteriorizarão?

Duma coisa estamos certos. Uma vez mais e numa oportunidade flagrante, aí estão reunidos todos os ingredientes necessários a um teste de maturidade democrática.

J. C. Viegas

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
2.º CARTÓRIO

Notária: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que, por escritura de 29 de Agosto findo, lavrada de fls. 142, v.º a 143, v.º, do livro n.º B-54, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de José Isidoro Valério, ocorrido no dia 17 do referido mês de Agosto findo, na freguesia da Sé, concelho de Faro, natural da freguesia de Amansil, concelho de Loulé, habitualmente residente na povoação e freguesia dita de Amansil, no estado de casado em primeiras núpcias dele e terceiras dela e segundo o regime da comunhão geral de bens, com Emília do Carmo Norte, actualmente sua viúva, natural da aludida povoação de

Almansil e residente na mesma povoação de Amansil, que não deixou testamento, foram habilitados, como seus únicos herdeiros.

a) Sua mulher, referida, Emília do Carmo Norte; e

b) Sua filha, Libânia Maria Norte Valério Verbick Júnior, casada segundo o regime da comunhão de adquiridos com José Verbick Júnior, natural da aludida freguesia de Amansil, e residente na Rua Conde de Almoester, 32, 6.º andar, esq.º, da cidade de Lisboa.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 4 de Setembro de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

OFERECE-SE

Senhora, 25 anos, Curso Geral do Comércio, aceita colocação em full-time ou mesmo em part-time.

Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Terreno c/ aproximadamente 2 700 m2, com óptimas vistas, para construção, junto estrada Loulé-Faro, c/ água e luz.

Informa Quisque Ele e Ela em frente aos correios de Loulé.

Terreno para construção

Vende-se terreno, aprovado para construção de 2 moradias, no sítio de Garrão (entre Vale do Lobo e Quinta do Lago), com cerca de 12 000 m2.

Tratar na Urbanização Abertura Mar, Lote B — Apartamento 56 — QUARTEIRA.

ISABEL & VIEGAS, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notária: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 22 de Agosto findo, lavrada de fls. 103, v.º, a 105, v.º, do livro n.º A-54, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Isabel Vicente Grosso e Fernando Luís Viegas Cristo, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos contantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma «Isabel & Viegas, Lda.», e tem a sua sede na Rua Martim Moniz, n.º 15, 1.º, esq.º, na freguesia de S. Clemente, nesta vila de Loulé.

2.º — A sua duração é por tempo indeterminado, iniciando hoje a sua actividade.

3.º — O objecto da sociedade é o comércio e a indústria de talho, salicaria e charcutaria, podendo, no entanto dedicar-se ao exercício de qualquer outro ramo de comércio ou indústria, que os sócios acordem e não seja proibido por lei.

4.º — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, entrado já na Caixa Social, é de 200 000\$00, e foi subscrito pelos sócios, com uma quota cada um, do valor nominal de 100 000\$00.

5.º — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral, compete a ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

6.º — 1. Para a sociedade ficar validamente obrigada é necessária a assinatura dos dois gerentes.

FALECIMENTO

No Hospital de Faro faleceu no passado dia 20 de Agosto a sr.ª D. Irene Filipe Bota, que contava 53 anos de idade e deixou viúvo o sr. Manuel Cristóvão de Sousa Guerreiro, proprietário em Almansil e nosso assinante e amigo.

A saudosa extinta era filha do sr. António Bota Valério e da sr.ª D. Maria Filipe Bota e mãe do sr. António Manuel Bota Cristóvão.

A família enlutada as nossas condolências.

A abelha e o mel

O MEL é uma fonte natural de energia, apresentada na forma simples de glucose e frutose, de fácil assimilação pelo organismo humano, contendo numerosos sais minerais, enzimas que catalizam os processos biológicos, além de substâncias antissépticas, bactericidas e bacteriostáticas.

A cristalização do MEL é um fenómeno natural e até um sinal de qualidade quando essa cristalização é fina e uniforme.

2. A sociedade pode constituir mandatários, nos termos e para os efeitos do artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial.

3. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

7.º — 1. A cessão de quotas é livre entre os sócios, no todo ou em parte, ficando desde já autorizada a divisão ou divisões a que haja de proceder-se para aquele efeito.

2. A cessão de quotas a terceiros fica dependente do consentimento do outro sócio, o qual tem direito de preferência.

8.º — Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios, com pelo menos oito dias de antecedência.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 4 de Setembro de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Motorizada encontrada pela PSP local

Encontra-se no Posto da PSP local uma motorizada de marca «Sachs», sem chapa de matrícula, cor cinzenta, com quadro de senhora, cujo número do motor é o 5139332.

A motorizada referida será entregue a quem provar pertencer-lhe.

CARIMBOS

Executam-se na

GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa

Telef. 62536 LOULÉ

HABITAÇÃO

Emp. Bancário, precisa de habitação para casal, entre Quarteira e Loulé ou entre Quarteira e Faro. Dirigir a Amílcar Lagartinho — Banco Fonsecas & Burnay — Quarteira.

(2-1)

JUVENTUDE SPORT CAMPINENSE
Campina de Cima — Loulé

CONVOCATÓRIA

DE ACORDO COM O PRECEITUADO NOS ESTATUTOS CONVOCAM-SE TODOS OS SÓCIOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR NO PRÓXIMO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1978, NA SEDE DO CLUBE, PELAS 22 HORAS, COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Apresentação e votação do Relatório e Contas do Exercício findo, (Época 77/78).

2 — Eleição dos Corpos Directivos para o próximo ano, (Época 78/79).

Nota — Se à hora marcada não estiverem presentes sócios em número suficiente para constituição de «quórum» a Assembleia realizar-se-á uma (1) hora depois com qualquer número de sócios presentes.

Loulé, 29 de Agosto de 1978.

O Presidente da Assembleia Geral,
a) Germano José Raminhos Luzia

Quando conduzir um veículo pesado e ao aperceber-se de que pretendem ultrapassá-lo, faça sinal com o pisca-pisca da esquerda se considerar essa manobra perigosa.



A sua ajuda pode evitar um acidente.

Dez toneladas de peixe atiradas borda fora

Numa época rotulada de austeridade, deu brado a notícia de que na ilha de Santa Maria dos Açores, pelo facto de não existirem instalações de frio nem capacidade de consumo, foram lançados ao mar cerca de dez mil quilos de peixe (da família do atum).

Acresce que a paralisação, vai para quatro anos de uma fábrica de conservas, também contribuiu para tão insólito e lamentável desperdício.

A Junta Nacional dos Produtos Pecuários retirou do mercado cerca de um milhão e setecentos mil quilos de lã

Seguindo a orientação do Governo, no sentido de promover o escoamento dos produtos da agricultura, a Junta Nacional dos Produtos Pecuários retirou já do mercado, na presente campanha, cerca de um milhão e setecentos mil quilos de lã, no valor aproximado de 100 mil contos. Garantindo preços justos e compensadores à produção, a J.N.P.P. defende, deste modo, nomeadamente os pequenos e médios ovicultores.

Assim, observando o esquema de intervenção da J.N.P.P. neste sector da produção, podem os ovicultores evitar cair nas mãos dos intermediários especuladores, ocorrendo ainda às concentrações nos armazéns da Junta e das organizações da produção.

Comissão do Estudo e Elaboração do Plano de Obras na Zona de Jogo do Algarve

Tendo em vista o estudo e elaboração do plano de obras da Zona de Jogo do Algarve, as quais contarão, de acordo com o legislado (Decreto-Lei n.º 48912) e proveniente do Fundo de Turismo de 25% da totalidade do imposto especial sobre o jogo arrecadado em cada zona e tendo em vista a urbanização e desenvolvimento turístico da zona, foi constituída a comissão encarregada daquelas tarefas, inserido recentemente no «Diário da República», através de uma Portaria conjunta dos anteriores titulares dos ministérios da Administração Interna, Comércio e Turismo e Habitação e Obras Públicas, a Comissão do Estudo e Elaboração do Plano de Obras da Zona de Jogo do Algarve, é presidida por Cabrita Neto (Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve) e dela fazem parte os Presidentes das Câmaras Municipais de Portimão, Loulé e Vila Real de Santo António e dos representantes da Direcção Geral do Turismo, da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, do Fundo de Turismo e do Conselho de Inspeção de Jogos.

LEIA,
ASSINE
E DIVULGUE
«A VOZ DE LOULÉ»

Ultimamente tem sido fértil, no mar dos Açores, as capturas de atunidos tendo parte delas sido distribuída gratuitamente pela população, que desta feita, esgotada a sua capacidade de absorção, não pôde aproveitar esta grande quantidade de pescado.

Entretanto, não obstante a fatura registada, os pescadores queixam-se da fraca rentabilidade do seu trabalho, dado que as fábricas de conserva, com a alegação da falta de folha de flandres, não lhes aceitam o produto da sua faina.

«EVOCAÇÕES» (II ADENDA) do dr. Guilherme Murta

Por deferência que nos cumpre assinalar e agradecer, recebemos por parte do Dr. Guerreiro Murta, ilustre conterrâneo nosso e prezado amigo, o opúsculo «Evo-cações» (II Adenda), ao qual já tace-mos merecidas referências na edição deste jornal de 31 de Agosto passado.

Jogos Florais do Algarve-1978 ORGANIZADOS PELO RACAL CLUBE DE SILVES

De novo este ano o Racal Clube lança os seus Jogos Florais, uma das manifestações de maior aceitação junto do grande público.

Trata-se indiscutivelmente de um certame que atinge as mais variadas camadas da população, e que tem descoberto poetas desconhecidos e galardoado alguns dos nomes mais em voga na Poesia Portuguesa neste tipo de competição literária.

Preocupados com uma divulgação cada vez maior desta sua iniciativa, o Racal Clube pretende este ano ainda fazer maior promoção junto dos núcleos de Portugueses espalhados pelo mundo, e espera ter ainda mais concorrentes entre os imigrantes.

O regulamento elaborado, é o seguinte:

1 — O Racal Clube promove os Jogos Florais do Algarve de 1978, a que podem concorrer todas as pessoas que cumpram o disposto no presente regulamento.

2 — São admitidas a concurso as produções escritas em português nas seguintes modalidades:

- poesia lírica (tema livre);
- soneto (tema O Mar);
- poesia obrigada a mote, glossando uma das quadras do poeta algarvio João Braz, extraídas da colectânea «Esta riqueza que o Senhor me deu...» (ed. de 1953):

a) D'antes: nós dois — separados;
Depois: nós dois — rodeados;
Agora: nós dois — unidos;
De filhos — e arrependidos...

b) Toda a riqueza que em vida
Alcança a nossa ambição,
Pela morte é reduzida
A sete palmos de chão.

c) Pedi. Disseste que não.
Mas com tal graça me
olhaste,
Que eu tive de ser ladrão

Era uma vez um animal roliço e ruivo, de cabeça baixa, orelhas pendentes e unhas rachadas que, de se ter chamado Leitão, depois Varrão, Varrasco e Bâcoro, dava agora pelo nome de Suíno e, por alcunha, salvo seja, Porco.

Era o seu palácio (ou pocilga) de pedras toscas junto de um lameiro, onde o nosso herói «se realizava» e fazia seus exercícios, flossando na lama.

Muito perto corria um rio de frescas águas que ele de quando em quando frequentava para apaziguar a sede, mas tendo sempre muito cuidado em que o líquido elemento lhe não arrancasse a crosta de lama que, no inverno, o defendia do frio e, no verão, do calor.

Um dia o dono assistiu a um curso de suinicultura moderna e aprendeu as técnicas e cuidados que a ciência moderna aconselha para a exploração porcina. De começo, desconfiou das «teorias», mas foi abrindo o espírito e acabou de abraçar com entusiasmo as novas ideias.

Mandou construir, não longe da pocilga primitiva, uma outra, ampla, arejada, limpa, com divisórias para as diversas fases da evolução suína com comedouros, em que os alimentos se conservavam limpos e seriam integralmente aproveitados, etc.

Quem não gostou da mudança, porque não conhecia os novos dados da ciência (e, se os conhecia era o mesmo, porque não acreditava neles) foi o nosso porco.

Na nova habitação, passava os dias a resmungar e a carpir saudades do seu lameiro.

Do beijo que me negastel...

- poesia alegórica a Silves;
- quadra popular;
- reportagem sobre o Algarve;
- quadra contendo um dos seguintes versos de João Braz:

- a) Fica a saudade chorando (do poema «A Ponte»);
- b) Perdido dentro da vida (do poema «Profecia»);
- c) Vieste quando quise (do poema «Trocadilhos»).

3 — De cada trabalho, que terá que ser inédito, devem ser enviados 4 (quatro) exemplares dactilografados em papel formato A4, de um só lado e a duas entrelinhas.

4 — Os originais serão individualizados por um pseudónimo dactilografado, devendo os seus autores enviar, anexo a cada trabalho, um envelope fechado com o seu pseudónimo dactilografado no exterior e a completa identificação no interior.

5 — Não há limite para o número de trabalhos a apresentar, mas cada trabalho deve ser individualizado com pseudónimo diferente.

6 — O prazo de recepção dos originais termina a 15 de Novembro, e têm que ser enviados pelo correio, sem identificações do remetente para: Jogos Florais — RACAL CLUBE — Silves (Algarve), de preferência sob registo.

7 — A não observância do disposto nos números 3, 4, 5 e 6, implica a não apreciação dos trabalhos pelo Júri, de cujas decisões não há recurso.

8 — Os resultados das classificações serão tomados públicos a 6 de Dezembro, e os premiados serão informados pelo correio.

9 — A entrega dos prémios (3 para cada modalidade) será feita no Algarve, em data e local a designar, e até ao fim do ano corrente.

10 — O Júri reserva o direi-

ERA UMA VEZ...

— Ai, triste de mim, que me tiraram aquele lamaçal! Ali eu «realizava-me», satisfazia os meus gostos. Exercitava os músculos das patas e do focinho revolvendo a lama. Estendia-me ao comprido naquela fofa cama e esticava os músculos lombares e pernis, fazendo a minha ginástica. Sobretudo, não criava complexos como aqui, sempre contrafeito, neste solo de cimento em que gasto as unhas sem conseguir fazer qualquer buraco. E depois aquela agulheta sem graça com que me atiram os desagradáveis jactos de água que me molham a pele e não deixam amontoar-se aqui os detritos.

Fazendo sombra à pocilga, havia uma árvore frondosa e nela costumava muitas vezes saltitar um esquilo que, um dia, ouvindo as lamentações do suíno, lhe disse:

— Que lamúrias são essas, ó porco? Não vês como é mais higiénico e agradável andarmos assim limpos? Eu fujo quanto posso da lama e sinto-me tão leve e bem disposto! Os outros animais não receiam aproximar-se de mim, porque não cheiro mal. Sabes? Tenho grande inveja do meu amigo arminho, sempre tão limpo, tão imaculadamente branco! Diz-me ele que, se lhe caísse alguma nódoa naquela pelagem alvinhenta, morreria de desgosto, caso não conseguisse limpá-la! Que belo, não é?

— Cala-te, parvo! Não venhas para cá com sonhos! Que os homens, que têm alma, sonhem que é preciso fazer sacrifícios, renunciar ao prazer, dominar o corpo, porque a alma é que é tudo, é lá

com eles. Mas nós não temos alma espiritual. E mesmo entre os homens, quantos vivem como nós, sem acreditar na alma, apenas buscando a boa mesa e os prazeres do corpo e troçam dos que lhes falam do espírito.

— Mas isso não é razão!... — Pois não é; mas eu como irracional que sou, não preciso de ter razão, preciso é de satisfazer o meu apetite. E apetece-me chafurdar na lama...

Na sua lógica irracional, duas coisas bem distintas baralhava o porco: a necessidade de cuidar do corpo e os desgostos do prazer corpóreo. E o pior é que, a cada passo, ouvimos os homens fazer a mesma confusão.

Que o homem é um composto de alma e corpo e que a uma e a outro é preciso atender, está certo. A personalidade reside na alma, que é por natureza imortal, e deve ser a orientadora, como é a vivificadora, do corpo... A alma é preciso, antes de mais, atender. Mas o corpo é parte do homem, instrumento da alma e, por isso, não pode ser desprezado. Quem trabalha com um mau instrumento, não chega a fazer obra que se aproveite. Esta sempre foi a doutrina certa e a doutrina da Igreja.

Ainda não há muito se fazia numa publicação de um organismo de grave responsabilidade cultural, acerca do desporto, a acusação de que a Igreja, para atender à alma desprezava o corpo. É calúnia. Contra os maniqueus e gnósticos de todos os tempos sempre a Igreja defendeu que todas as obras de Deus (portanto o corpo) são boas. O mal só pode estar no abuso dessas coisas, por mais santas que elas sejam em si mesmas.

Mas o corpo (e, portanto, o desporto) não podem arvorar-se em bens supremos, nem em finalidades últimas ou autónomas a atingir. Se se enquadrar no seu lugar próprio, o desporto pode ser escola de virtude humana, natural, e assim repara um lastro sobre o qual as virtudes sobrenaturais não terão dificuldade em desenvolver-se. Por isso, não pode a Igreja ser hostil ao desporto bem entendido. Mas se o desporto, sobretudo o profissional, se arma em bem supremo e absoluto...

E no cuidado do corpo há regras. Não se lhe pode dar tudo o que ele pede. Há tendências boas que podem e devem desenvolver-se, e, ainda nestas, é preciso que não se desequilibrem, afogando ou atrofiando outras também necessárias.

E há tendências más ou pervertidas contra a própria natureza, que de modo nenhum se podem alimentar. Suponho que, ao menos em teoria, ninguém nega que não se devem alimentar as tendências para a preguiça, para o crime, para a embriaguez, para a crápula... Uma ascética é sempre precisa...

J. C.

VENDE-SE CARRO

Peugeot 404, diesel, em bom estado.

Nesta redacção se informa.

CANTINHO DOS JOVENS

O nosso poema

De: JACINTA CARDOSO

Poema construído na esperança;
Poema que nasce dia-a-dia;
Poema feito de tempestade e bonança,
onde as dores e alegrias
são melodia.
Poema vivo em mundo morto;
Poema música: sinfonia ou serenata?
Poema amor.
Mundo que nasce e se olha absorto;
Mundo que cria, e com ódio mata
um sonho, uma dor.
É teu, é meu, é de todos e de ninguém
É nosso este poema
que parte e de novo vem.

A maldição da «Pesada Herança»

Logo após o 25 de Abril não havia revolucionário bilioso nem político da nova vaga que não maldisse a «pesada herança» e não a condenasse acerbamente como inútil acumulação de meios financeiros.

Não faltaram porém outras opiniões, embora não gozando da cobertura dos meios de comunicação social estatizados, discordando dos primeiros e afirmando que um elevado nível de reservas é um dos mais sólidos esteios de uma situação financeira desafiada, de uma moeda forte, de um seguro desenvolvimento económico e de uma independência política real e firme.

Os factos verificados durante estes quatro anos parece terem dado inteira razão aos astutos detractores da «pesada herança», muito embora o juízo condenatório destes tivesse fundamento muito diverso do real.

Talvez poucos portugueses soubessem que a tão falada «pesada herança» era essencialmente constituída, a grosso modo, por: 870 mil quilos de ouro, cerca de 60 milhões de contos em divisas, um orçamento geral sempre equilibrado ao longo de 46 anos de gestão financeira, uma balança de pagamentos com confortável saldo positivo e uma moeda com forte taxa de cobertura da ordem dos 157%.

Era o que se pode dizer uma herança que faria a inveja de qualquer nação, pois ela constituía a base da caminhada para um crescimento económico cujas taxas, da ordem dos 10%, permitiam assegurar em poucos anos a inclusão de Portugal no grupo das nações desenvolvidas.

Os bandos políticos que tomaram o encargo de saquear o País, à semelhança dos bárbaros assolando o império romano, não podiam deixar de tomar aquela «pesada herança» para alvo de seus furores revolucionários, dado que ela constituía uma prova palpável e indelével de um resgate que o fanatismo marxista impunha negar, ou, pelo menos, fazer esquecer tão rapidamente quanto possível.

E assim, depois de abocanhada por bandos de chacais e hienas, a «pesada herança» foi entregue à voracidade de abutres e jagudis que se impuseram à tarefa de limpar-lhe os ossos.

Quando os génios políticos defecados pela revolução, mercê daquele instinto próprio dos ratos, perceberam que o navio começava a meter água ou que o chão lhes fugia sob as patas, desataram em lamurientos coros atribuindo a iminente bancarrota à tal «pesada herança».

Com aquele crocitar de corvos, gravaram cassetes cujos exemplares foram consumidos pelas cúpulas partidárias, pelos vários órgãos de soberania, pela RDP e

RTP e ainda pela imprensa ataviada com arreio de cabeça; e como o povo não lhes pegou, isto é, como lhes deu a mesma atenção que tem dado aos jornais estatizados, os políticos profissionais e os da última hora resolveram arteiramente não mais falar na maldita «pesada herança», da qual aliás já restavam apenas os ossos, não fosse o povo, ao ver-se logrado, corrê-los a ponta-pé.

Como é da sabedoria popular, nunca se dá tanto apreço a um bem senão quando ele é perdido! E assim, o Zé-Povinho ganhou consciência do que perdera, quando verificou que das centenas de toneladas de ouro já poucas restavam, que as divisas tinham ardidado totalmente, que as contas do Estado acumularam tremendos défices, que a balança de pagamentos acusa um fenomenal saldo negativo, que a moeda já não tinha cobertura e vem sofrendo uma catastrófica depreciação, e, a hipotecar o seu futuro e o dos vindouros, a nação está jungida a uma fantástica dívida de mais de 200 milhões de contos.

E reflectindo sobre o contraste das duas situações, o mesmo Zé-Povinho já suspeita que os revolucionários inimigos da «pesada herança» tinham toda a razão quando a maldiziam, porquanto ela, a «pesada herança», funcionou como que uma armadilha ou uma casca de banana que deu ao povo a que os portentosos e sábios governantes gerados pelo 25 de Abril se estatelassem a todo o comprimento e dessem com as ventas na torneira; que ela, a «pesada herança» não foi mais que um ignóbil ardid deixado calculadamente na senda da revolução

triumfante, para que os senhores do poder e seus numerosos familiares, amigalhões e até súcias estrangeiros se empanturrassem a comer dela, se sufocassem e devorá-la com a avidez própria de quem para ela não deu um tostão, e, acabassem por apanhar uma valente indigestão que nem uma lavagem ao bucho os salva.

Grande partida pregou a «pesada herança»! E ela foi, não só aos salafários «doutorados» em economia marxista, que com aquele bagulho todo podiam ter feito figura de sábios e operosos governantes, como ainda, por via dela, os portugueses têm sido obrigados a sofrer as proezas dos «coronéis» no poder e as dos seus «fiéis e honestos jagunços» calmamente assentados nas direcções e chefias do aparelho do Estado e nas dos organismos oficiais.

Na verdade, se aquela «maldita» herança não tivesse existido, não teríamos assistido à desenfreada roubalheira e ao desbaratamento de tanto suor de todos nós, ou, se ela tivesse sido menos pesada, há muito os vampiros nos teriam deixado em paz; acabada a mina, estariam sugando em outras paragens e não os veríamos agora roendo ainda desalmadamente os ossos.

Que os portugueses de mãos limpas e cabeça fresca retirem dos factos apontados a lição que se impõe; se o fizermos, é sinal seguro de que a aurora libertadora que tanto desejamos não tardará muito e com ela a salvação de Portugal.

Carlos Costa Campos e Oliveira

LIVROS

«VIDA IGNORADA DE CAMÕES»

Autor: José Hermano Saraiva.

Editor: Francisco Lyon de Castro — Publicações Europa-América — Coleção: «Estudos e Documentos».

De há muito que os estudiosos de Luís de Camões sabem que, na vida do Épico, são mais as zonas de sombra do que aquelas onde a luz se fez definitivamente. As polémicas acerca da vida e da interpretação da obra continuam acesas e não seremos nós que iremos cair na ingenuidade de pensar que terminarão com a publicação desta obra de José Hermano Saraiva. Duma coisa, porém, estamos convencidos: doravante, ninguém poderá falar sobre Camões sem ter em conta os resultados da profunda investigação histórica que está na base deste livro, pois ele representa, sem qualquer espécie de dúvida, a última palavra nos estudos camonianos.

E não deixa de ser perturbador que essa palavra seja uma palavra nova, uma palavra que vai ao arpejo de convicções tidas como

assentes, uma palavra cujo eco fará cair uns tantos mitos como inaceitáveis. Perturbado na medida em que demonstra o desajuste existente entre a imagem feita do homem e a realidade histórica — demonstrando do mesmo passo a levandade com que se deram como assentes ideias que como base não tinham a paciente investigação dos arquivos, mas devaneios mais ou menos fundamentados. Como exemplo disso, e vamos escolher um passo que não é sequer dos mais importantes, está o facto de se apresentar Luís de Camões como um «nobre», como um guerreiro intrépido batendo-se pelo seu rei. Em que é que isso iria dar birlho à sua glória de poeta é coisa que não se vislumbra. Mas já se explica que o mito tenha nascido da ideia de fazer dele um símbolo que ficaria diminuído se fosse apresentado como um simples escudeiro, um servidor de nobres...

E o mito terá porventura exigido que neste e em tantos outros aspectos da vida do Épico a realidade tenha sido descurada, ou a sua procura postergada, para dar passagem à fábula mais condizente com os objectivos em vista.

Tal como a *História Concisa de Portugal*, esta obra de José Hermano Saraiva é uma obra desmistificadora. Através dum profundo trabalho de investigação histórica, ele conseguiu restabelecer para nós a verdadeira imagem de Camões e dar-nos do mesmo passo a chave para a interpretação de grande parte da sua obra, que continuava sujeita ao aventar de hipóteses mais ou menos fantasiosas.

E se desse trabalho, resultou o ruir do mito de Camões, poderemos sempre dizer que a realidade é, aqui como em toda a parte, infinitamente mais sedutora do que o mito. De facto, o Camões humanizado que resulta destas páginas é um Camões muito mais próximo de nós, mais humano nas suas fraquezas. Perdeu, é certo, a aura fantasmagórica dos heróis. Mas ganhou em humanidade aquilo que de glória fictícia e impiedosa revelação dos factos lhe arrebatou à aura que o tem cercado. A sua vida ressaltará muito mais como o drama dum homem sujeito aos acasos da fortuna do que a fatalidade dum génio que o destino se encarniçou em perseguir gratuitamente com desgraças. Desgraças, sim, que as houve, mas simultaneamente maiores e mais pequenas do que aquelas que lhe atribui a lenda. Maiores porque o drama de Camões foi de facto algo de pungente, mais pequenas, porque se trata dum drama humano, com factores eminentemente humanos a intervir, e despidido da aura quase sobrenatural que quer os vates sujeitos às forças desconhecidas que governam o mundo.

Ninguém doravante poderá esquecer ou falar sobre Camões ignorando esta obra.

VIAGEM ÀS CIVILIZAÇÕES MILENÁRIAS

18 — A GRUTA DO MENINO JESUS

Eram 10 e 30 da manhã quando chegámos a Belém, a pequena aldeia que talvez tivesse uns 4 000 habitantes no reinado de Herodes e hoje é uma cidade com cerca de 35 000 almas, sendo 22 000 cristãos, o que dá a maior percentagem de toda a Palestina.

Foi daqui que David partiu ao encontro de Golias, e onde José e Maria não conseguiram encontrar alojamento na estalagem.

Em pleno centro, avista-se uma estrela electrificada. Assinala a entrada da Igreja da Natividade, mandada erigir no século IV pelo imperador romano Constantino, precisamente sobre a gruta que

Maria e José se abrigaram, e onde o Menino nasceu.

Soldados israelitanos estão postados em todos os pontos estratégicos, chegando nós a avistá-los nos próprios telhados, sempre de metralhadora na mão e rádio-transistor ao ouvido. São todos rapazes bastante novos e de uma certa simpatia. Deixam-se fotografar e filmar. Numa fotografia ficamos no meio deles, como bizzarra recordação.

Vista do exterior, a igreja lembra um forte da legião estrangeira, tirado das histórias do Beau Geste. Penetramos no seu interior através de uma porta que de tão baixa nos obriga quase a entrar de cócoras. Fizemos-na assim baixa, como nos disseram, para impedir que os infiéis lá entrassem de cavalo.

Descendo uma dúzia de degraus entramos no subterrâneo e incorporamo-nos numa ocasional procissão de franciscanos, e eis-nos em frente e junto do local onde o Deus Menino nasceu.

Há cânticos em louvor e três fotografias tiradas por nós às escondidas, mesmo com os clarões dos flashes a denunciar-nos. Estamos numa semi-obscuridade, onde apenas pequenas luzes das velas nos dão uma tênue claridade. Findo os cânticos há um pe-

sado e respeitoso silêncio de homenagem ao local onde tudo começou. O cheiro acre a cera e a incenso parece não perturbar ninguém. Há ordem de retirada para dar lugar a outros grupos de peregrinos. Propositadamente ficamos para trás, onde, sozinhos, tirámos a última fotografia, apanhando todo o cenário.

Agora, com mais tempo e espaço, o local exacto. Em torno dela vê-se uma inscrição que fixámos: «Hic de Virgine Maria Jesus Christus natus est», que mais ou menos quer dizer: «Da Virgem Maria aqui nasceu Jesus Cristo».

A uns três metros à nossa direita, e três degraus mais abaixo, fica o sítio onde Maria depositou o Menino para que os pastores e os três Magos O adorassem.

Saimos. Mais peregrinos descem em bicos de pés, em silêncio, para se prostarem no único local da Terra para o qual convergem todos os espíritos por alturas do Natal.

M. VAZÃO

Próximo capítulo:
19 — BELÉM

Jornalista inglês no Algarve

Esteve no Algarve, hospedado no Hotel Auramar, onde passou uma semana de férias com a família, o jornalista inglês Robin Dewhurst, que trabalha para o «Sunday People», para o «Guardian», para o «Ideal Home Magazine» e ainda colabora para a «Thames TV».

Fernando Barata, conhecido empresário hoteleiro, obsequiou-o, durante a sua estadia, com um almoço típico no Oleandro Country Club.

O DRAMA DE MOÇAMBIQUE

Em Moçambique vive-se um autêntico drama — o drama da fome, da instabilidade, da insegurança. É o que uma senhora agora retornada disse a um diário da capital. Só algumas das suas afirmações:

«Vim para Portugal porque optei pela nacionalidade portuguesa».

Em Moçambique não se pode viver. Não há comida, nem roupas. Por falta de tecidos há pessoas que se cobrem com cascas de árvores.

Quem foi para os hospitais morre. Morre porque não há medicamentos. Como se morre nas bichas para comprar a preços elevadíssimos alguma comida».

Depois de nos acentuar que em todo o Moçambique o povo está descontente com a Frelimo e que toda a gente escuta «Voz África-Livre», a referida senhora acrescentou:

«Vimos brancos, homens e mulheres e crianças sendo transportados para campo de prisioneiros. Gente que não apoia a Frelimo».

mo. Gente desesperada que, gritando, pedia para contactar com familiares».

oOo

Ilido Viegas, de 22 anos, mecânico, que esteve num campo de concentração diz:

«Haverá 1 500 portugueses num total de cerca de 100 000 homens, mulheres e crianças encarceradas nas prisões e nos campos de trabalho da Frelimo».

As condições ali são terríveis. Trabalhamos desde as 4 e 30 da manhã e, após escurecer, temos as leituras políticas.

Para comer «dão-nos apenas um pouco de peixe ou feijões com papas de farinha de milho. Num dos campos não há sequer alojamentos, lençóis nem utensílios para comer. Utilizamos folhas como pratos».

E tudo isto em nome da liberdade e da independência nacional...

... E também «graças à exemplar» descolonização.

PROPRIEDADE

VENDE-SE, de boa terra de semear composta de amendoeiras, figueiras, oliveiras e alfarrobeiras.

Informa na Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, n.º 3 ou na R. do Matadouro, 4 em Loulé.

Passada a enchente do Verão, urge fazer O planeamento do turismo (I)

(continuação da pág. 1)
em regime sazonal, e encolhe a cintura para o resto do ano.

Este comportamento irregular acarreta, entre outros inconvenientes, a mentilização de múltiplos «comerciantes de ocasião», além de outros já estabelecidos, no sentido de ganhar em dois ou três meses o que deveriam ganhar num ano inteiro.

Como reflexo desta situação, os serviços prestados apresentam elevadas taxas de especulação, sem que ninguém lhes possa ou queira pôr cobro, para além da péssima qualidade desses mesmos serviços, muitas das vezes executados por indivíduos sem qualquer qualificação para tal, e que, servindo mal e desrespeitando os clientes (turistas estrangeiros ou não), contribuem para o desprestígio de diversas classes profissionais, devidamente formadas e documentadas para esse exercício.

Enfim, tudo isto são apenas alguns aspectos pontuais de uma realidade a que já nos vamos habituando, e a que poderemos chamar de «a estabilidade dos instáveis», onde reina a lei do salve-se quem puder, e em que, por entre as consultas, formações, designações, aprovações, demissões e exonerações dos sucessivos Governos, prolifera cada vez mais a classe parasitária dos oportunistas, dos escroques sem escrúpulos, explorando sem lei nem roque o dia a dia e o trabalho de cada um de nós. É desgraçadamente, malfadadamente, até começa mesmo a ganhar corpo o refrão popular de que «só trabalha quem não sabe fazer mais nada». Mas adiante.

Falávamos então de turismo. E de que tanto se poderá falar, aqui e agora neste Algarve, senão de uma actividade que nos submerge, com a qual ombreamos no quotidiano, que nos envolve e ultrapassa por vezes? Uma actividade a quem servimos e simultaneamente nos serve, e, porque não dizê-lo, uma actividade em que podemos depositar as maiores esperanças num futuro melhor que, não sendo um «turismo-prostituição do povo», como alguns proclamavam não há muito tempo, se transforme num «turismo-promoção do povo».

Para já, ao tocarmos numa questão como esta, há que definir uma premissa fundamental: a de que o Turismo tem que ser entendido como uma actividade produtiva, a par da agricultura e da Indústria, e que, além de conduzir ao conhecimento directo da

realidade geográfica e humana de um País ou de uma região, contribui decisivamente para o aumento do Rendimento Nacional, melhorando a sua redistribuição territorial e influenciando muito favoravelmente a balança de pagamentos.

Colocado este ponto de abordagem axiomática do Turismo, passemos mais concretamente ao que que nos propomos tratar, ou seja, o Planeamento do Turismo, sector bastante descuidado no nosso País, de que todas as alternâncias endémicas que caracterizam o nosso ciclo de movimento turístico são um exemplo (triste) que nos toca mais de perto.

É precisamente para evitar estas expansões e contracções de conjura que anualmente atravessamos, face às múltiplas dessincronizações a nível de infraestruturas básicas, — não aprofundando ainda nas infraestruturas turísticas, desde a capacidade absoluta até à optimização das motivações da procura — portanto, é para controlar todo este complicado conjunto de relações que se programa uma determinada actividade, neste caso concreto, é para isso que se terá que promover um Plano de Desenvolvimento do Turismo, forma de aplicação prática do Planeamento ao Turismo, como já dissémos, ainda em forma muito embrionária no nosso País.

Chegados que aqui estamos, julgamos conveniente desfazer um equívoco muito vulgarizado na opinião pública, e que consiste em confundir os objectivos com os meios e vice-versa.

A construção de uma unidade hoteleira deverá ser entendida em termos estritos, não como um objectivo para o desenvolvimento da actividade turística, mas como um meio para satisfazer um certo objectivo que, neste caso, poderá ser o acréscimo previsto de turistas.

Feitas estas considerações, passemos à enumeração daquelas que consideramos constituir as metas prioritárias a alcançar na elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Turismo, pressupondo que o suporte estatístico está minimamente assegurado.

Assim, teremos:

1.º OBJECTIVO — Aumentar o número de turistas:

i. Estabelecer um número absoluto de visitantes para o total dos anos do horizonte de planeamento.

ii. Estabelecer uma taxa anual acumulativa de crescimento do

número de pessoas procedentes do estrangeiro. (Em Espanha, por exemplo, no III Plano de Desarrollo utilizou-se a taxa de 10% com base em 1970).

i. i. i. Estabelecer uma meta para o ano terminal do Plano.

2.º OBJECTIVO — Aumentar a despesa média por turista:

i. Estabelecer o quantitativo absoluto das receitas do turismo para o total dos anos do horizonte de planeamento.

i. i. Estabelecer uma taxa anual acumulativa de crescimento das receitas do turismo (em Espanha utilizou-se a taxa de 11% com base em 1970).

i. i. i. Estabelecer uma meta para o ano terminal em receitas do turismo.

Colocados que estão os objectivos, o passo seguinte consistirá, muito naturalmente, no estabelecimento das acções tendentes à concretização das metas apontadas.

Sobre essa questão, debruçemo-nos na próxima semana.

José Manuel Mendes

VENDEM-SE

Camas, colchões, sofá e mapas, cómoda, geladeira AEG, máquina Lavar Roupa AEG, etc., tudo praticamente novo.

Expansão Sul — lote 12-A-1.º, Dt.º — LOULÉ.

ALUGA-SE

Quarto mobilado a senhora empregada, perto da Escola Preparatória.

Informa o Apartado 82 — LOULÉ.

Prédios em Faro

Vende-se um prédio situado na Rua Dr. Emiliano da Costa, com 7 divisões e outro na R. Actor Nascimento Fernandes, com 6 divisões e quintal.

Trata na Junta de Freguesia de S. Sebastião de Loulé.

PRÉDIO

Vende-se um prédio, situado no Largo Manuel da Mana, propriedade da viúva do Dr. Jaime Rua.

Tratar com Luís Rua — Banco Português do Atlântico — LOULÉ.

Trespasa-se

Café Cervejaria, bem localizado em Quarteira, com boa clientela.

Motivo à vista. Informa Telef. 62799 — Retiro do Passageiro — LOULÉ - Gare.

(2-2)

CONDENADO

O MIRADOURO DOS «AMUADOS»?

(continuação da pág. 1)

tão patentes o cuidado se não o carinho com que é tratado.

Ali, após as cerimónias nupciais, aos baptizados, às visitas à Igreja Matriz e à simples paisagem envolvente, é um dos pontos preferidos para as fotografias de família e de amigos, que posam para as recordações indeléveis.

Contudo, parece-nos que o futuro como miradouro do «Jardim dos Amuados» (que deve a sua toponímia a pitoresca história), está ameaçado.

É que, perto da sua base, numas quintas poupadas até à data ao frenesi da urbanização sistemática, estão a ser aproveitados para a implantação de edifícios de diversos andares, que a propagarem-se taparão por completo um dos atractivos (não menos importante) do «Jardim dos Amuados», que é, depreende-se, a bela vista que dele se enxrga.

Se, realmente, para a zona citada não foram acauteladas as cercas dos imóveis a construir em função das particularidades especiais do local, achamos que se devem tomar, para o efeito, as devidas precauções.

Claro que não se impediria a construção. Apenas se limitaria a altura dos volumes de forma a conciliá-los com as características deste logradouro público e histórico de Loulé.

Se noutras oportunidades temos defendido a harmonização arquitectónica da construção moderna

QUE SE PASSA com a carne de porco?

(continuação da pág. 1)

atrás, quando foram encontradas em putrefacção largas quantidades de carne de porco nas câmaras frigoríficas de intermediários então apontados.

Presumimos que é compreensível que se pretenda actualizar e ajustar o preço vigente de venda, mas não seria justo que o acréscimo, pela sua exorbitância, viesse afectar substancialmente, o consumidor, que é aquele afinal que suporta o peso maior da inflação.

Como se sabe, o nosso País importa quase a totalidade da comida de que necessita. Tal não sucede com o porco, que não há muito tempo se comentava, denotar uma produção excedentária.

Trespasa-se

Por motivo de doença do proprietário, trespasa-se um estabelecimento de cervejaria e pastelaria, bem localizado em lugar turístico de Cabanas de Tavira.

Contactar c/ o telefone 23070.

(3-3)

VENDE-SE

— Casa c/ terra de semear.

— Courela com 1.000 m2 com terra de semear.

1 courela com 10.000 m2 com casa velha. Tudo no sítio do Areeiro.

— Terra de areia, c/ pinheiros, no sítio dos Cabeçados, perto de Vale de Lobo.

— Courela c/ mato e terra de semear no sítio de Torrejão.

Informa R. Ataíde de Oliveira, 29 — LOULÉ.

(3-2)

com as linhas luso-árabes da construção algarvia, não relutamos agora, que parece em jogo o enquadramento de um dos pontos típicos desta vila, alertar as entidades competentes no sentido de não colaborarem na objectivação desse contrasenso.

Ainda se está a tempo de o evitar. Daí a razão destas linhas, que visam alertar e prevenir antes que o irreparável seja consumado.

J. C. Viegas

Primeiras chuvas de Setembro...

(continuação da pág. 1)

de água e sob o efeito de conseqüentes inundações.

Aqui no Algarve, também durante este período do mês os aguaceiros não se fizeram em nada instados e apareceram sem qualquer convite.

Depois da aparição dos inconfundíveis flocos de nuvens e de algumas surtidas menos tímidas que chegaram para toldar o sol e cambiar a luminosidade, os aguaceiros intermitentes tombaram em especial na zona serrana, a anunciar o próximo fim do ciclo estival.

Ju'gar-se-ia, tendo em apreço o atraso do Verão, que este prorrogaria a sua estadia por mais umas tantas páginas diárias do calendário.

Não estão porém as esperanças perdidas, pois é ainda prematuro para as outonais travessuras que certamente hão-de chegar com o cair da folhagem açoiada pelo vento e o paulatino desguarnecimento das galas ataviam o arvoredo.

De resto, que o tempo é de feito temperamental não constitui novidade nenhuma e que até goste de pregar as suas partidas, também é sabido. Que o diga a sua chuvinha «moíha tolos»...

O Verão, cáldo e raios dardentes já passou não há dúvida, mas resta ainda, segundo cremos, uma réstea de Verão ameno e contemporizador, suficiente para acalantar nas suas derradeiras brasas as férias mais tardias e as mais insofridas senilidades.

J. C. V.

APARTAMENTO

VENDE-SE

Com 4 assoalhadas e 2 casas de banho.

Urgente. Motivo à vista.

Telef. 62482 — LOULÉ.

APARTAMENTO

Vende-se um apartamento de 4 assoalhadas, por estrear, situado na Rua José da Costa Guerreiro (transversal à Av. 25 de Abril) — LOULÉ.

Nesta redacção se informa.

VERÃO MADEIRA 78

PARTIDAS SEMANAIS DE JUNHO A DEZEMBRO
UMA SEMANA DESDE ESC. 2.990\$00

HOTÉIS	ALOJ.-PEQ. ALMOÇO	MEIA PENSÃO	PENSÃO COMPLETA
ASTÓRIA	2.990\$00	3.940\$00	4.780\$00
PARQUE	3.990\$00	4.990\$00	—
RENO	4.700\$00	—	—
INTER-ATLAS	4.950\$00	6.200\$00	7.450\$00
MONTE ROSA	5.280\$00	6.580\$00	—
AMÉRICA	5.480\$00	6.990\$00	8.300\$00
SANTA ISABEL	5.550\$00	7.100\$00	8.300\$00
RAGA	5.590\$00	6.990\$00	8.450\$00
XPT. DO MAR	6.200\$00	7.780\$00	—
VILA RAMOS	—	7.780\$00	8.500\$00
MAD. PALÁCIO	6.700\$00	8.250\$00	9.750\$00
SAVOY	7.150\$00	9.100\$00	10.950\$00

Os preços incluem: Passagem aérea; Transfers; Recepção Boas-Vindas; Estadia no Hotel na modalidade escolhida; Circuito da Cidade e Pico dos Barcelos; Assistência Permanente; Todas as taxas e... BONUS TURALGARVE.

ABERTOS À HORA DO ALMOÇO
Informações e Reservas

EM LISBOA
R. Luciano Cordeiro, 6-C
Telefs. 4 00 08 - 53.82 40

EM LOULÉ
Praça da República, 98-100
Telefs. 6 21 43 - 6 21 44

 TURALGARVE

O abastecimento de água ao Ameixial

Em Julho findo deslocou-se do Ameixial à Sede do Concelho, uma Comissão de habitantes daquela localidade, para tratar do problema de abastecimento de água àquela povoação, tendo feito entrega ao Senhor Presidente do Município de uma exposição que a seguir se publica:

«Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé.

Anuindo ao nosso pedido teve V. Ex.ª a gentileza, que agradecemos, de receber neste Gabinete dos Paços do Concelho desta Câmara Municipal de Loulé, esta Comissão de que faço parte, e que aqui vem manifestar-lhe, em nome da esmagadora maioria dos habitantes da freguesia do Ameixial, os seus anseios e aspirações do presente momento.

Não vimos aqui com intentos reservados ou desejos preconcebidos de fazer ruir ídolos, destruir mitos ou ideias contrárias que porventura possam existir. Não. Vimos apenas pedir providências urgentes, imediatas, para a solução dum problema candente que tanto nos tem preocupado e continua a preocupar a laboriosa população Ameixialense: o problema do abastecimento de água à povoação.

Não não podemos negar que muito já se tem feito nesse sentido; que bastante dinheiro já certamente tem sido gasto, mas a verdade é que continuamos a ignorar como e quando tal assunto poderá vir a estar definitivamente resolvido!

Como é do conhecimento geral mas no entanto não será ocioso aqui tornar a repeti-lo — está o Ameixial situado numa das encostas da vertente ocidental da serra do Caldeirão e apenas a 5 quilómetros do Baixo Alentejo que jaz em frente, e onde predominam os ventos dos quadrantes, Norte, Noroeste, Sudoeste, especialmente na época pluviosa.

Em virtude da modesta arborização de toda a região e dos seus modestos cursos de água, são aqui devidos a esses factores pouco abundantes as chuvas e relativamente fracas também as nascentes de água em toda a área serrana da freguesia.

As terras de cultura de fraca produtividade, mas imensamente trabalhosas, constam em muitos casos de uma fraca camada de terra argilosa que nas partes mais elevadas das montanhas não excedem com frequência escassos centímetros de espessura, mal cobrindo frequentemente um subsolo constituído na generalidade por compactas e quase ininteruptas camadas de rochas de xistos que amiudadas vezes afloram à superfície e que devido à acção corrosiva do tempo se vão lentamente desagregando e dando origem a novas terras que substituem aquelas que a acção erosiva de vários elementos da natureza vão lentamente transportando pa-

ra os vales e cursos de água sub-jacentes, dando origem a relevos diferentes.

Tais sistemas rochosos à medida que se vão afundando para o interior da terra, mais compactos e rijos se vão tornando e a tal ponto que na maioria dos casos a escassas dezenas de metros da superfície essa impermeabilidade e rigidez atinge e por vezes ultrapassa a consistência do próprio granito opondo séria resistência aos mais duros aços e até à do próprio diamante.

Estes factores acrescidos da fraca porosidade e espessura das terras com declives constantes e as poucas chuvas, como atrás se disse, pouca é a água que fica retida e vai por regatos e ribeiros na maior parte parar ao mar, são estas as principais razões que não dão ao homem qualquer hipótese de por aqui encontrar lençóis de água subterrâneos, ao contrário do que acontece em qua se toda a orla costeira do litoral algarvio e até no Baixo Alentejo, que lhes são contíguos.

SENHOR PRESIDENTE:
São estas as principais razões por que os furos artesianos não são por aqui de aconselhar, visto estarem na maioria dos casos votados ao total ou parcial insucesso, como se vislumbra ou consta ter acontecido naquele furo que tão recentemente foi concluído no lugar da Asseiceira — imediações deste povo — e destinado ao abastecimento de água ao Ameixial. A contribuir para ainda mais avolumar esta desconfiança está o facto de já constar para breve a abertura de novo furo, não muito distante do anterior.

Assim:
O citado furo artesiano recentemente dado por concluído, tem a profundidade de 38 metros e um diâmetro de 8 (?) polegadas;

A respectiva bomba elevadora de água, alcança a profundidade de 35 metros;

A água sobe no citado furo até 1,20 metros abaixo da superfície do solo;

É de cerca de 30 minutos o tempo que o motor leva a esvaziá-lo;

É de cerca de 5 horas o tempo que a nascente leva a enchê-lo;

A capacidade do referido depósito (furo) é de 1 096 litros de água;

Como a água da nascente que serve esse furo leva cerca de 5 horas a enchê-lo, constata-se da forma mais elementar que o débito dessa nascente é de 219 litros hora, aproximadamente, o que a serem confirmados estes números dar-nos-á de imediato a certeza que a água não chegará, nem sequer de longe se aproximará, para as mais elementares necessidades da aldeia. No entanto os Serviços competentes, logicamente mais capacitados do que nós no assunto, terão a última palavra.

O motor trabalha cerca de uma hora por dia: de manhã, das nove às onze e meia e de tarde, das dezasseis às dezasseis e meia, esvaziando-se praticamente o furo em cada um desses períodos, mas essa água, segundo nos têm dito, só chega em quantidade ao fontanário dos Barreiros, por que aos restantes só em diminuta quantidade e por alguns minutos apenas, o que os torna superfluos pois enquanto, ficam mais altos e a pouca pressão e volume dessa água não vencem a acção da gravidade que se lhe depara no trajecto.

Deve-se ainda aqui salientar e com a devida ênfase, que a água que chega a qualquer das torneiras, é na sua quase totalidade, muito turva e até de cor acentuadamente barrenta — como diz o povo — e é tal o seu aspecto e qualidade, que só serve para regar as plantas; dar de beber aos animais; lavar pavimentos; obras, etc., mas nunca para se beber; confeccionar os alimentos, ou lavar, sequer os utensílios da cozinha, mas, no entanto, à falta de melhor, ela ainda é bastante pre-

ciosa, por nos ir solucionando alguns dos já citados problemas!

Não sabemos com que fundamento, mas corre por aqui a notícia que dentro de breves dias ir-se-á dar início a um novo furo artesiano, não longe do local do antecedente, o que a confirmar-se só nos dará razão quanto à potencialidade de muito baixa produtividade do seu homólogo anterior. Não obstante julgarmos que isto não passe de um boato, não queremos deixar de afirmar peremptoriamente que não obstante a população deste povo desejar firmemente que esses trabalhos continuem até se encontrar esse precioso líquido nas quantidades necessárias ao seu abastecimento normal, não deseja, não quer, que se continue a tentar encontrar-lhe pelos métodos até agora adoptados, pelas razões que exaustivamente mais atrás acabamos de enunciar.

A população do Ameixial quer e pede a quem de direito que se abra um poço, ou depósito — como lhe queiram chamar — com pelo menos uma profundidade de 15 a 20 metros e um diâmetro equivalente, que sirva de reservatório potencial, com a capacidade julgada suficiente para armazenamento da água das nascentes que vierem a ser encontradas na área que vimos citando e seja considerada suficiente para o regular abastecimento dos seus utentes, sendo o local desses trabalhos indicado por técnico competente e não pelo sistema empírico de qualquer amador de «Vedon», como foi anteriormente adoptado.

Isto sem ofensa para ninguém. Se se proceder como indicamos no capítulo anterior, grandes são as esperanças deste povo de ver rápida e verticalmente solucionado este gravíssimo problema e sem os tais inconvenientes da água barrenta que o actual sistema nos oferece, por razões que pessoalmente podemos citar, para não alongar mais este assunto.

Mais desejamos que a construção desse poço ou reservatório seja dado de empreitada a entidade idónea que ofereça as devidas garantias de segurança e acabamento, com inclusão da sua vedação na parte superior, trabalhos esses que deverão ser efectuados no mais curto espaço de tempo, visto deverem ser efectuados antes da época das chuvas e já nos encontrarmos em pleno verão e durante o inverno, por razões óbvias, ser impróprio para elaboração de tais serviços, muito especialmente nesta região.

A finalizar, rogamos a V. Ex.ª e a todos os Excelentíssimos Membros dessa Edilidade, que não vejam nesta nossa Exposição e nem sequer na nossa vinda neste momento até junto de vós, qualquer desejo ou intenção de crítica à vossa actuação neste momentoso assunto de que aqui estamos a tratar, mas apenas o nosso desejo sincero e leal de prestar, dentro das nossas modestas possibilidades, o nosso contributo para a solução tanto possível urgente deste magno problema que é a falta de água no Ameixial.

Pela Comissão,

Manuel Francisco Júnior

EMPRÉSTIMO aos agricultores portugueses

Foi criada, por despacho do Ministro das Finanças e do Plano do 2.º Governo, uma Comissão a que compete dar parecer sobre os projectos de investimento que lhe sejam apresentados pela agricultura privada portuguesa, com vista à utilização dos empréstimos concedidos pelo Governo dos Estados Unidos da América ao nosso País, ao abrigo duma lei do Congresso dos EUA, a PL 480.

Esta Comissão, que funciona na Direcção Geral do Tesouro, é composta pelo Director Geral do Tesouro, que preside, o Director-Geral do Departamento Central de Planeamento, o Director-Geral do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas e pelo Presidente do Conselho de Gestão do IFADAP.

As condições dos empréstimos aos agricultores portugueses foram agora fixadas em juro de 8,125%, a 17 anos, em 15 prestações aproximadamente iguais a partir do fim do 2.º ano.

Apesar da divulgação que as Associações de Agricultores têm vindo a fazer, nota-se, neste mo-

mento, uma falta de projectos apresentados. Deve-se notar que, além do dinheiro resultante do 3.º acordo entre os Governos português e dos EUA, assinado em 4 de Agosto findo, grande parte do dinheiro resultante dos 2 acordos assinados em 1976 não foi utilizado, donde uma verba de cerca de 4 milhões de contos está disponível, e donde a urgência com que os agricultores portugueses devem desenvolver os seus projectos de investimento e solicitar os empréstimos a esta Comissão, de preferência através das suas Associações.

Para mais detalhadas informações, poderão os interessados dirigir-se à Associação de Agricultores de Loulé ou ao colaborador deste jornal sr. Eng.º Vacas de Carvalho, Telef. 97 60 51 (emprego) ou 97 34 68 (residência), a partir das 19 horas, ou por carta. António Vacas de Carvalho — Praceta Bento Moura Portugal, n.º 1, r/c Dto. — Venda Nova — Amadora, uma vez que poderá dar as informações mais concretas que lhe forem postas.

Da prostituição à droga

É um espectáculo degradante aquele que se observa ao atravessar a encantadora serra de Monsanto, nos arredores de Lisboa. Por toda a parte, grupos de prostitutas à espera de «parceiros». É relativamente recente esta manifestação pública das mazelas da nossa sociedade.

Nós queremos uma sociedade progressiva em todos os sectores da dignidade humana. O progresso na degradação da sociedade não é verdadeiro progresso. É antes retrocesso. Não basta procurar o progresso material e cantar loas à liberdade. Se esta se torna em libertinagem, deixa de ser liberdade para ser uma opressão. A sociedade já não tem a liberdade de viver em paz e de não ser incomodada pelos espectáculos imorais da violência, da prostituição e da droga.

Não é em nome da violência e da repressão mas da liberdade autêntica, que apelamos para as autoridades competentes, de modo a protegerem o bem de todos numa sociedade de rosto lavado. Que fazem as autoridades para porem cobro a estas degradações morais?

Há tempos, foram instituídas comissões regionais de combate à droga. Não sabemos como estão a funcionar. Contudo, durante o ano de 1977, a Polícia Judiciária de Lisboa instaurou 708 processos por tráfico e consumo de drogas. Durante este mesmo ano, foram apreendidos cerca de 140 quilos de liamba e 438 de haxixe. Houve também conhecimento de 148 assaltos a farmácias e depósitos de medicamentos, dos quais foram roubados elevadas quantidades de drogas para o mercado clandestino. Ainda em 1977 foi

descoberto o primeiro laboratório de LSD em Portugal.

Segundo uma estimativa, a droga no País atingirá umas 500 000 pessoas, sendo o maior número constituído por jovens. Outra fonte de informação apresenta uma curiosa estatística, da qual se podem tirar as seguintes conclusões:

- 1.º — Entre os anos de 1973 e 1977, o consumo da droga, nalguns casos, aumentou para mais do dobro.
- 2.º — Tem aumentado muito mais nas raparigas do que nos rapazes.
- 3.º — A cidade onde existe maior percentagem de consumidores é Lisboa.
- 4.º — O consumo de droga predomina nos estudantes.
- 5.º — A idade em que se verificou maior aumento é a dos 14 aos 17 anos.
- 6.º — Antes dos 14 anos eram raros os casos de droga. Agora já atingem 8% relativamente às outras idades.
- 7.º — Também eram raros os casos no meio rural. Actualmente já se verifica uma percentagem de 3% em relação às dos meios citadinos.

O caso do jovem de Coimbra que se suicidou, com 17 anos, em consequência da droga, é já uma expressão clamorosa do ambiente em que se vive. Era um rapaz procedente de uma família honesta e possuía já certa cultura. O pai homem bom, anuncia que vai dedicar o resto da vida ao combate à droga, para que outros jovens não caíam na situação trágica em que caíra o seu filho. E logo em resposta recebe telefonemas anónimos com ameaças de morte. Que significa isto senão que existe uma poderosa rede organizada de traficantes e consumidores interessados em que o negócio e o consumo não sejam prejudicados ou impedidos?

Assim se conclui que o problema da droga é de grande actualidade. Os estupefacientes estão a destruir a nossa sociedade, sobretudo os jovens. Urge pôr cobro a esta situação, com o empenho de todos: os pais, os educadores, os próprios jovens e as autoridades competentes. Estas últimas têm um papel que lhes é próprio: o de combater a traficância de tais produtos e os profissionais da corrupção. De outro modo, assistiremos à degradação contínua da sociedade, e isto não honra nenhuma democracia.

E.

TESOUREIRO

DA FAZENDA PÚBLICA

DE LOULÉ

Por ter sido promovido a 1.ª classe, acaba de ser colocado na Tesouraria da Fazenda Pública de Loulé (a única de 1.ª classe no Algarve com excepção da capital do Distrito) o sr. Carlos Alberto Martins Baioa, que exercia idênticas funções em Serpa e é natural de Tavira.

Vago pela transferência do sr. Alfredo Rodrigues Pedrosa o lugar de Tesoureiro estava sendo exercido interinamente pelo nosso prezado amigo e conterrâneo sr. Jaime de Sousa Calado.

Aprsetamos os nossos cumprimentos de boas vindas ao sr. Carlos Alberto Baioa, e desejamos-lhe feliz desempenho das suas funções.

Folhetim «As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve» do Dr. Ataíde Oliveira

Continuam os nossos preparativos e esperamos lançar em breve neste jornal em moldes de folhetim «As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve», obra literária de grande notoriedade da autoria do Dr. Ataíde Oliveira.

Após o termo da sua inserção propõe-se este jornal editar a referida obra sob a forma de livro, sendo nele incluído uma rara fotografia do autor e uma bem elaborada biografia da lavra de J. V. A. M.

Mantém este semanário, entretanto, aberta a inscrição para reserva da aquisição da edição acima aludida.